

AS CONSTANTES MUDANÇAS NA GESTÃO MUNICIPAL E OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Simone da Silva¹
Orientador do Trabalho
Maria Jeane Bomfim Ramos²

RESUMO

O texto apresenta um recorte do estudo que investigou a gestão das políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação de Maceió- SEMED, voltadas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. O objetivo centrou-se em analisar as políticas destinadas à modalidade de ensino no período de 2005 a 2010, período de constantes trocas de secretários de educação do município de Maceió. A metodologia da pesquisa foi de cunho qualitativo com análise de dados empíricos e bibliográfico. O referencial teórico fundamentou-se em: Freire, 1999; Freire, 2006; Lira, 2007; Moura, 2001; Paiva, 2006. O estudo concluiu que as políticas públicas, do período analisado, destinadas a EJA estiveram aquém da importância da modalidade de ensino e que, as constantes mudanças de secretários municipais afetaram negativamente o desenvolvimento de ações efetivas para a Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: EJA, Gestão, Políticas públicas, Mudanças. Descontinuidade.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por finalidade discutir a influência das constantes mudanças de secretários municipais de educação na Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED na política educacional da Educação de Jovens e Adultos – EJA. O estudo faz parte de uma pesquisa que teve como objetivo analisar em que medida as políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Maceió no período de 2005 a 2010 contribuíram para a melhoria da Educação de Jovens e Adultos.

As constantes mudanças de secretários municipais de educação influenciaram efetivamente na política educacional da SEMED, sobretudo a Educação de Jovens e Adultos que tinha oferta educacional regulamentada em 48, das 130 unidades escolares da rede

¹ Simone da Silva, Professora da Educação Básica nas redes públicas de ensino da Cidade de Pilar/AL e Maceió/AL. Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Alagoas. Lattes <http://lattes.cnpq.br/2460380670285627>. <https://orcid.org/0000-0003-1456-4723>

² Professora orientadora: Maria Jeane Bomfim Ramos Professora da Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas e da Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED. Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8119008875795017>. <https://orcid.org/0000-0003-2671-3124>



municipal de ensino, com atendimento da creche ao Ensino Fundamental. Destas, as que ofertam a Educação de Jovens e Adultos, localizam-se em sua maioria, nos bairros periféricos da cidade, onde há uma demanda crescente de pessoas, jovens e adultas analfabetas, a partir dos quinze anos de idade, ou que não concluíram ensino fundamental.

No ano de 2005, após eleição municipal outro grupo político assume a gestão do Município, conseqüentemente todos os secretários municipais são substituídos, como também os diretores dos departamentos. Inicia-se uma grande rotatividade de secretários municipais. Tal rotatividade se mantém também no segundo mandato do prefeito vencedor da última disputa eleitoral, iniciado a partir do ano de 2009.

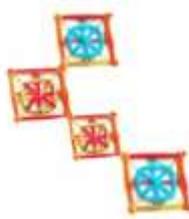
A pesquisa de cunho qualitativo com o referencial teórico embasado em: Freire, 2006; Lira, 2007; Moura; Paiva, 2000. O estudo evidenciou que as constantes mudanças de secretários municipais causaram prejuízos para a política educacional do município, aprofundando as desigualdades de acesso da Educação de Jovens e Adultos.

MUDANÇAS NA GESTÃO MUNICIPAL E AS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Historicamente a regulamentação da oferta da EJA em todo o país foi, e continua a ser, alvo de muitas discussões. Desde a década de 1940 surgiram campanhas em favor da educação de adultos. A modalidade de ensino é tratada como educação compensatória na forma de suplência pelo poder público, na lei 5.692/71, e ratificada na mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/96.

Com oferta garantida em sua totalidade, pelo menos na legislação, a partir da última CF de 1988, a EJA sofreu perdas na década de 1990 por não constar na agenda de recursos financeiros da União por meio do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF. Mais uma vez, contrabalançada com recursos de fontes ligadas a programas temporários. Ainda como compensação e transferência de responsabilidade, passaram a fazer parte da solidariedade da população por outro programa de alfabetização. Além disso, a iniciativa privada engajou-se no processo de alfabetização.

O artigo 205 traz em seu texto: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A abrangência do texto constitucional inclui toda a população brasileira; dessa forma os sujeitos jovens e adultos da EJA estão incluídos na garantia do direito à educação.



Ao expressar qualificação para o trabalho, pressupõe uma educação que atenda aos interesses dos trabalhadores alunos inseridos na EJA, público que devido à necessidade de sobrevivência, vivencia o trabalho antes da educação formal. Esses trabalhadores alunos que trazem para o espaço escolar conhecimentos com base em experiências vividas ao longo de seu processo sócio histórico, certamente não carecem apenas da qualificação para o trabalho e sim de uma educação integral que contemple a formação humana. A respeito de uma política permanente que priorize a EJA em sua totalidade, Paiva (2006, p. 34) afirma:

Como política pública, pensar a educação nessa modalidade implica não apenas tomar o sistema educativo formal nas mãos, mas assumir o concurso da sociedade em todas as iniciativas que vem fazendo, para manter viva a chama do direito, que ainda não se constitui uma prática para todos. Implica, também, assumir que a sociedade educa em todas as práticas que realiza que as cidades educam, e que projetos de nação e políticas de governo têm um vigoroso papel pedagógico, se intencionalmente dispostos a transformar a realidade.

Os sujeitos que procuram a EJA precisam ser atendidos dentro das políticas permanentes que abrangem todo o processo de escolarização, garantindo-lhes a conclusão da educação básica e possibilitando-lhes a continuidade dos estudos ao longo da vida. A legalização do direito à educação pressupõe acesso à escolarização de toda a população jovem e adulta brasileira excluída da educação formal. Legalizar as políticas educacionais sem, contudo, possibilitar a efetivação, torna a oferta educacional, principalmente para a EJA, uma utopia, ou mais que isso, uma educação que não consegue ultrapassar o campo teórico, uma educação aprisionada às normas jurídicas.

A formação histórica de Alagoas é imposta por uma cultura determinada pelos senhores de engenho, ponto de origem das oligarquias, que continuam no comando do destino das políticas na gestão administrativa do Estado e da capital alagoana. Fatores como estes são condicionantes para a efetivação de uma educação de boa qualidade para jovens adultos e crianças. Lira (2007), em seu estudo sobre formação da riqueza e da pobreza de Alagoas, chama a atenção para a formação de um estado que vive sob o domínio da oligarquia política há séculos. O referido autor revela:

Essa oligarquia política que, há séculos, vem determinando os destinos de Alagoas, ainda hoje, possui um poder político muito forte, na verdade, esgotado nas suas possibilidades de propor soluções minimamente viáveis, aos novos paradigmas que norteiam a economia mundial e as sociedades modernas. (LIRA, 2007 p. 83).

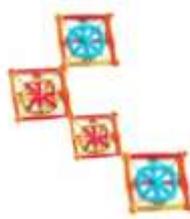


Ainda de acordo com Lira (2007), o Estado de Alagoas firmou uma espécie de consenso com um pequeno segmento da população, que impede a modernização, e a eliminação dos “principais pontos de estrangulamento, tais como: alta taxa de analfabetismo; baixa produtividade; falta de emprego; (...) falta de oportunidade de emprego para os jovens e para os trabalhadores em geral, miséria e pobreza”. Os pontos de estrangulamento citados pelo autor têm forte impacto no aumento dos bolsões de miséria que ainda se fazem presentes neste Estado.

Para Lira (2007, p. 90), “esse modelo de coronelismo fechado, bastante concentrador de renda e poder, quando associado à monocultura, transforma-se, na verdade, no principal obstáculo ao processo de desenvolvimento endógeno, sustentado e justo.” O resultado dessa estrutura econômica eleva negativamente Alagoas ao primeiro lugar na estatística nacional em relação ao número de analfabetos.

As condições sociais e econômicas de parte da população geradas, sobretudo, pela falta de políticas adequadas contribuem para a manutenção de vulnerabilidade social e o fortalecimento do modelo oligárquico. Uma tentativa de enfrentamento de tal realidade ocorreu em 1992, após uma disputa eleitoral. Neste período, venceu as eleições o então prefeito Ronaldo Lessa, fruto da coligação. Partido Socialista Brasileiro – PSB e pelo Partido dos Trabalhadores – PT. A partir de então mudou o panorama político maceioense e alagoano, que há muito tempo esteve sob o domínio do grupo de direita com líderes políticos que se alternavam nos cargos com o objetivo de manter o poder na região. O descrédito da população influenciou na escolha nos resultados da eleição, dando a vitória ao candidato que durante a campanha esteve em terceiro lugar nas pesquisas de opinião. Esse fato denota uma reação da população maceioense que pode até ser atribuída à politização de boa parte dos cidadãos, ou ao cansaço ao mesmo modelo de gestão.

A capital alagoana toma o rumo dos partidos progressistas, isso se reflete na política educacional. Nesse processo, a Secretaria Municipal de Educação de Maceió passa a ser gerida pela professora Maria José Viana, fato inédito no contexto político educacional por se tratar de uma professora ligada ao Partido dos Trabalhadores, pois até então só haviam assumido esse cargo pessoas com outras formações e de partido de direita. O novo cenário trouxe consigo esperança de dias melhores para a política educacional da Educação de Jovens e Adultos, modalidade de ensino que sempre foi inserida num modelo de educação pontual sem perspectivas de continuidade, com financiamento insuficiente para atender à demanda da população jovem e adulta, que permanecia fora do espaço educacional.



No entanto, na constituição histórica da política educação para a EJA, as iniciativas de educação estavam atreladas aos interesses de grupos políticos e econômicos que priorizavam uma educação mínima destinada ao trabalhador, para que este desempenhasse atividades manuais dissociadas do trabalho intelectual. O objetivo centrava-se na formação do sujeito, tendo em vista a produção de bens e serviços. A educação enquanto processo de formação humana não fazia parte deste contexto, contrariando o que Freire (1999, p. 38) defendia:

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante.

A educação pensada para a EJA, neste período, baseava-se no domínio do conhecimento mínimo capaz de instrumentalizar esses sujeitos para o manuseio de seus instrumentos de trabalho. A educação para intervenção no mundo distanciava-se dessas práticas educativas. As iniciativas ligadas à educação de adultos estiveram atreladas diretamente a interesses econômicos, como nos revela Moura (2001, p. 31):

A necessidade de expansão e diversificação do modelo econômico e, conseqüentemente, a modernização dos meios de produção, passam a exigir mão-de-obra mais qualificada; o sistema político necessitando de um suporte administrativo mais equipado surge à necessidade de ampliar, também, os objetivos da educação e, conseqüentemente, redirecionar a concepção de alfabetização. Desta forma, durante a Ditadura Militar a alfabetização passa a ser utilizada como uma estratégia de despolitização, de suavização das tensões sociais e como instrumento fundamental de preparação de mão-de-obra para colaborar com os mecanismos de desenvolvimento econômico.

O investimento na continuidade da escolarização de jovens e adultos esbarra na falta de políticas públicas que garantam o direito público relativas à educação de qualidade. Dessa forma o objetivo, a formação mínima para os sujeitos da EJA, restringiu-se à formação de trabalhadores para o atendimento da demanda mercadológica.

Para Moura (2007), somente na década de 1990 há registros de atendimento escolar a população com 15 anos de idade. De acordo com o regimento da SEMED, publicado através da portaria nº 828 de 2001, coube ao Departamento de Educação de Jovens e Adultos a responsabilidade de acordo com o exposto no Art.31:

I Coordenar as atividades de ensino em todas as Unidades de Ensino da Rede Municipal que oferece a educação básica de jovens e adultos; II Planejar

acompanhar e avaliar junto a diretor geral de ensino e assessoria técnica todas as ações relacionadas ao atendimento escolar dos jovens e adultos atendidos pela Rede Municipal de Ensino e conveniadas. [...] (Portaria nº 828, 2001)

O DEJA contou com mesma diretoria por um período de 10 anos, diretoria esta, com poder de decisão e autonomia financeira através dos recursos do Programa Fazendo Escola.

Do ano de 2005 até meados do ano de 2010, estiveram à frente da Secretaria Municipal de Educação de Maceió, nove secretários, em períodos de gestão que variaram de uma semana a dois anos. Diante de tal conjuntura toda a educação de Maceió é afetada, haja vista, a falta de propostas educacionais que garantissem a continuidade das ações da gestão anterior, como mostra o quadro a seguir:

Secretários municipais da Secretaria Municipal de Educação de Maceió
e Diretores do Departamento de Educação de Jovens e Adultos
2005/2010

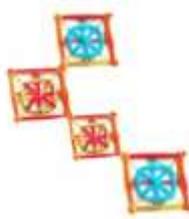
SECRETÁRIOS MUNICIPAIS	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ANO	NOMEAÇÃO	EXONERAÇÃO	PERÍODO DE GESTÃO	DIRETORES DO DEJA	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ANO DE ATUAÇÃO
José Regis Barros Cavalcante	Jornalista	2005/ 2006	31/05/2005	31/03/2006	1 ano e 2 meses	José Rubens Silva Lima	Pedagogia	Janeiro de 2005 a março de 2009
Barnabel Bezerra da Silva		2006	31/03/2006	24/06/2006	2 meses e 24 dias			
Maria Betânia Toledo	Pedagoga	2006/ 2007	15/07/2006	11/01/2007	4 meses e 26 dias			
Maria de Lourdes P. Lyra		2007	11/01/2007	31/01/2007				
Nilton Tadeu Lira Neto	Administrador	2007/ 2009	31/01/2007	16/01/2009	1 ano, 11 meses e 16 dias			
Théo Fortes S. Cavalcante		2009	16/01/2009	14/03/2009	1 mês e 28 dias	***		
Sérgio Luiz Magalhães Vilela		2009	14/03/2009	15/05/2009	2 meses e 1 dia			
Ricardo José Marroni Valença	Odontólogo	2009	13/05/2009	28/10/2009	5 meses e 15 dias	Maria da Penha Cavalcante	Artes	**Junho de 2009
Tomaz Dourado de C. Beltrão	Engenheiro	2009	28/10/2009	2012	1 ano e 2 meses			

*** Nesse período o DEJA permaneceu sem gestor.

Fonte: Departamento de Recursos Humanos da SEMED.

O quadro aponta para a uma constante descontinuidade na política educacional municipal. O fato de o gestor ficar no mandato por períodos de curta duração inviabiliza a elaboração, efetivação e implantação de políticas públicas, tanto para EJA, quanto aos demais níveis de ensino. As constantes mudanças se configuram em retrocesso educacional, pois as ações educacionais estão num processo de permanente recomeço. Até o ano de 2007, os cargos de gestão da SEMED eram assumidos pelos técnicos pedagógicos da própria secretaria, mas o poder de decisão era limitado, os planos de trabalho, na maioria das vezes, ficavam materializados apenas no plano da escrita.

O primeiro secretário que assumiu a gestão da SEMED no período de 2005 buscou expandir a oferta educacional. De acordo com o Boletim Interno da SEMED (2006), “em um



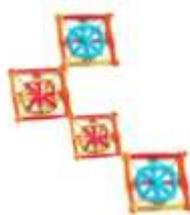
ano de governo Cícero Almeida e Regis Cavalcante abriram 20 mil novas vagas na rede municipal”. Foram inauguradas 14 escolas nos diferentes bairros da cidade. Mas esses espaços, em sua maioria eram alugados e não cumpria às normas para funcionamento orientadas pelo MEC, razão pela qual essa expansão causou tantas críticas.

Também em 2005 foram iniciadas as discussões a fim de elaborar o Plano Municipal de Educação de Maceió - PME. A elaboração foi concluída em 2009, concomitante com a Conferência Municipal de Educação de Maceió. Nele estão definidos objetivos e metas para a educação municipal, mas colocar em prática é um, pois se encontra em tramitação na Câmara de Vereadores de Maceió, aguardando aprovação. Espera-se que depois de aprovado venha servir de referência para os gestores pensarem em planejar uma educação em longo prazo que mantenha a constância de políticas e ações, e que a constante rotatividade de secretários, passe a se configurar parte de uma história que causou descontinuidades na política educacional maceioense.

A mudança de secretários acarretou também, a troca dos gestores dos setores da secretaria, a mudança maior ocorreu a partir de maio de 2009, quando desta feita assumiu a gestão da SEMED o Partido dos Trabalhadores e a partir de então todos os diretores dos departamentos foram substituídos. Substituição essa determinada pelo próprio partido, essa ação foi fruto do acordo político do PT com o PDT, no qual o prefeito da cidade da capital alagoana estava filiado.

Uma política municipal pensada a partir do ano de 2010 pautou-se no regime de colaboração entre Estado e Município, o qual vem assumindo gradativamente a oferta anos iniciais do ensino fundamental ao Estado cabe às séries finais do ensino fundamental e o ensino médio. Mas essa parceria trouxe insatisfação ferrenha por parte dos gestores das escolas e dos servidores da SEMED, mediante a alegação de que o ensino municipal apresenta melhor qualidade do que o estadual, outra alegação é a perda de recurso da SEMED, pois o valor para educação infantil é inferior ao do ensino fundamental.

No âmbito federal há um crescente desencadeamento de programas e ações para atender aos alunos jovens e adultos, principalmente no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse arcabouço, a esfera municipal fica na dependência dessas políticas que em sua maioria são aligeiradas e emergenciais e pouco contribui com as necessidades educacionais dessa parcela da população, que para muitos, é tratada como minoria, mas na verdade se configura em um grande número de jovens, adultos e idosos fora da educação formal, como confirmam os dados:



População em Alagoas e taxa de analfabetismo - 2009

População total estimada	3.156.108 milhões de pessoas
População residente de 15 a 70 anos ou mais	2.045.473 milhões de pessoas
Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais	25,7 % Aprox. 525.686 mil
Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais	38,6 % Aprox. 789.552 mil

Fonte: IBGE / Estimativas de população (2009).

De acordo com os dados, Alagoas ainda apresenta altos níveis de analfabetismo, principalmente em relação ao analfabetismo funcional, isso retrata o pouco investimento na educação para esse público em relação à demanda existente. Essa parcela da população, certamente não faz parte dos programas de governo do poder local, visto que o atendimento volta-se principalmente para crianças. A EJA é colocada em segundo plano, mesmo em um Estado que segundo dados do IBGE contam com alto índice de analfabetos. Dessa forma, Alagoas continua a liderar o ranque nacional, perdendo apenas para o estado do Piauí.

As mudanças ocorridas na EJA no período delimitado pela pesquisa contribuíram para manter a modalidade de ensino na lógica das políticas compensatórias, confirmando a federalização da educação e contribuindo para o pouco envolvimento dos estudantes com uma educação que já não atende aos seus anseios.

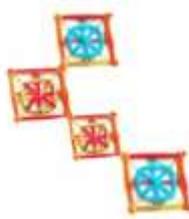
Diante das análises, ficou claro que o modelo educacional do Estado e da capital alagoana tem raiz na estrutura política e econômica nos moldes do coronelismo. Nesse sentido, Lira (2007, p. 93) alerta que:

(...) em Alagoas há uma ou duas famílias tradicionais que se revezam no poder e, há séculos, inibem o desenvolvimento das forças produtivas, preservando um modo de produção e dominação coronelista que favorece as elites e penaliza severamente a sociedade como um todo.

As ações voltadas para essa modalidade de ensino são de responsabilidade do Departamento de Educação de Jovens e Adultos - DEJA, o qual se encarrega, entre outras ações, da viabilização das políticas públicas da EJA, seguindo orientação do gestor da SEMED. As ações principais destinam-se ao atendimento dos alunos matriculados nas escolas da rede que ofertam a modalidade de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a falta de interesse do governo em investir em políticas públicas que contemplem a EJA, ou seja, uma educação democrática em nome da igualdade e acessível



a todos os cidadãos, inclusive os sujeitos jovens, adultos e idosos que, por razões diversas, abandonaram a escola ou dela foram excluídos.

As políticas públicas para EJA, tanto na Semed /Maceió quanto no restante do país, enfrentam constantes discontinuidades. Essas discontinuidades, no caso de Alagoas, especificamente de Maceió, estão intimamente ligadas à vontade política de cada gestor. A rotatividade de secretários municipais demonstra o pouco compromisso com a educação, sobretudo na EJA, modalidade de ensino marcada historicamente por lutas permanentes tendo em vista a garantia da efetivação do direito à educação de uma parcela significativa da população que se encontra à margem do sistema educacional. O fortalecimento da EJA pressupõe o investimento nas políticas públicas para garantir o acesso e a permanência com sucesso dos sujeitos alunos dessa modalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº. 9394/96. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996. Lei nº 11.494/2007

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

PAIVA, Jane. Os sentidos do direito à educação de jovens e adultos: Rio de Janeiro, FAPERJ: Petrópolis, 2009.

LIRA, Fernando José de Lira. A formação da riqueza e da pobreza de Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

MOURA, Tânia Maria. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió/Edufal, Brasília: INEP, 2000.